

MORRER PELA PÁTRIA OU PELA GUERRA ALHEIA?

Uma investigação federal na Argentina expõe o recrutamento de mercenários para a guerra na Ucrânia. Mas por trás do escândalo, uma mutação silenciosa: as guerras não esperam mais o chamado da pátria, mas buscam os soldados com algoritmos, redes sociais e promessas financeiras.

Gabriel Camilli*

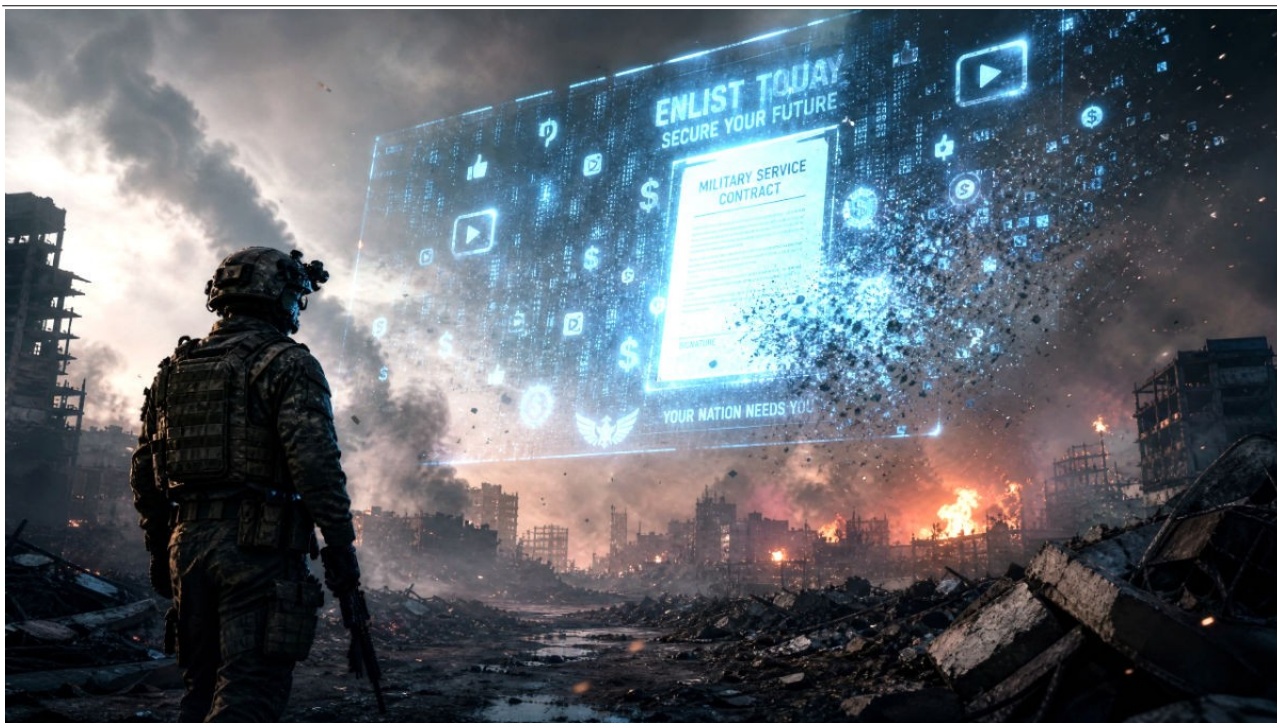


Imagem meramente ilustrativa, gerada por inteligência artificial.

Há perguntas que uma sociedade não deve deixar de fazer a si mesma. Uma delas é particularmente desconfortável: o que leva um argentino a deixar seu país para lutar, e potencialmente morrer, sob uma bandeira estrangeira?

Até alguns anos atrás, tal pergunta teria parecido puramente acadêmica. Hoje, já não é mais assim.

A justiça federal argentina investiga atualmente uma suposta organização dedicada a recrutar cidadãos para lutar na Ucrânia. Segundo a tese da acusação, os recrutadores ofereciam salários de até três mil dólares mensais, viagens pagas e condições de trabalho que não correspondiam à realidade no terreno.

A investigação aponta ainda que os contratos eram assinados em ucraniano e que as vítimas desconheciam completamente as obrigações que estavam assumindo.

O processo, conduzido pela Vara Federal nº 2 de Lomas de Zamora, com a participação da Procuradoria de Tráfico e Exploração de Pessoas (Protex), representa uma questão de grave preocupação institucional.

Como se não bastasse, surgiram recentemente depoimentos de argentinos que estão de fato lutando na Ucrânia, relatando quebras de contrato, falta de pagamento e imensa dificuldade em deixar as linhas de frente após terem se integrado a unidades militares.

Naturalmente, caberá ao sistema judiciário apurar responsabilidades e determinar a veracidade de cada uma dessas alegações. No entanto, existe uma questão muito mais profunda que transcende os trâmites judiciais.

Como é possível que uma guerra travada a 12 mil quilômetros do nosso território atraia combatentes argentinos?

A resposta não pode ser reduzida apenas à existência de recrutadores.

Nos últimos anos, as redes sociais tornaram-se uma poderosa ferramenta de recrutamento. Imagens de combate, relatos de heroísmo, promessas financeiras e convocações para a ação, voltadas especificamente para ex-militares e policiais, começaram a circular por meio de vídeos, canais no *Telegram*, contas no *TikTok* e diversas plataformas digitais.

Outro fenômeno igualmente significativo acompanhou esse cenário digital. Alguns veículos de comunicação argentinos de grande audiência transmitiram entrevistas, reportagens especiais e documentários apresentando compatriotas que lutavam na Ucrânia. Ninguém poderia afirmar seriamente que o objetivo era promover o recrutamento. Contudo, não se pode ignorar o fato de que toda comunicação gera efeitos que, muitas vezes, vão além das intenções de quem a produz.

Ao apresentar essas experiências, destacar a tecnologia militar, exibir a camaradagem da linha de frente ou compartilhar depoimentos daqueles que incentivavam outros argentinos a se alistar, eles acabaram contribuindo, talvez involuntariamente, para consolidar a ideia de que participar de uma guerra estrangeira era uma opção legítima, honrosa e até atraente para certos setores da nossa sociedade.

A guerra contemporânea exige mais do que apenas armamento; ela precisa de narrativas, emoções e combatentes.

A guerra cognitiva não visa apenas influenciar a opinião pública; ela também busca alterar comportamentos específicos. O recrutamento tornou-se, hoje, mais uma dimensão do conflito.

Além disso, a Argentina está longe de ser um caso isolado. A Colômbia tornou-se a principal

fonte ibero-americana de ex-militares contratados para lutar em conflitos internacionais. Casos semelhantes são observados no Peru, em Cuba, no Equador e em outras nações ibero-americanas, onde organizações criminosas e redes de recrutamento buscam homens com experiência militar para alistá-los em guerras totalmente alheias à defesa de seus próprios países. Assim, a América de língua espanhola começa a se transformar em um reservatório de recursos humanos para conflitos travados muito além de sua própria esfera estratégica.

O VERDADEIRO CAVALEIRO

Tudo isso nos leva a revisitar uma linha de pensamento muito mais antiga. Em sua extraordinária obra *La Caballería (A Cavalaria)*, o padre Alfredo Sáenz nos lembra que um verdadeiro cavaleiro jamais empunhava sua espada por dinheiro ou ambição. Ele o fazia para defender um bem maior: Deus, a Pátria, a justiça e os fracos. O combate obtinha sua legitimidade daquilo que estava sendo protegido, e não de algum ganho que o combatente pudesse auferir. A espada representava uma forma de serviço, e não uma mera profissão.

Na mesma linha, Antonio Caponnetto, em *El Deber Cristiano de la Lucha (O Dever Cristão de Lutar)*, sustenta que, embora o cristão não busque a guerra por desejo de violência, ele tampouco se esquivava do combate quando a defesa do bem comum o exige. A luta só adquire sentido quando voltada para uma causa justa, jamais quando impulsionada pelo lucro, pelo aventureirismo ou por interesses puramente individuais.

Em última análise, ambos os autores revisitam a tradição clássica articulada por São Tomás de Aquino, para quem o uso legítimo da força requer autoridade legítima, causa justa e intenção reta. Essa doutrina é o que forjou nossos heróis do ar, do mar e da terra nas Malvinas. Esse é o substrato ontológico da “identidade militar argentina” (nota: será que, de forma indireta, estariam tentando remodelar o *ethos* do soldado argentino?)

A GRANDE QUESTÃO

É precisamente aqui que surge a grande questão do nosso tempo. O que acontece quando o juramento começa a ser substituído pelo contrato? O que acontece quando o soldado já não é convocado pela pátria, mas sim recrutado por meio de algoritmos, plataformas digitais e promessas financeiras?

Não se trata de fazer um julgamento moral daqueles que escolheram ir para a Ucrânia. Muitos agiram por convicção de servir a uma causa nobre e merecem respeito pela coragem pessoal que demonstraram.

A QUESTÃO É OUTRA

A profissão militar surgiu como uma expressão de serviço ao bem comum. Um soldado jura lealdade a uma bandeira porque pertence a uma comunidade política específica. Seu sacrifício tinha, e ainda tem, um beneficiário preciso: sua pátria e seu povo.

Quando esse sentimento de pertencimento desaparece e a guerra passa a operar como um mercado internacional de combatentes, testemunhamos uma transformação de profundo significado cultural, ético e estratégico.

A investigação atualmente conduzida pela justiça argentina busca não apenas esclarecer as possíveis atividades de uma organização criminosa. Ela também nos confronta com uma realidade inquietante: as guerras do século XXI já não esperam que os cidadãos atendam ao chamado de sua nação. Elas vão buscá-los onde quer que se encontrem homens com experiência militar, necessidades financeiras ou o desejo de abraçar uma causa.

Durante séculos, as pátrias convocavam seus soldados. Hoje, são as guerras que percorrem o globo em busca de combatentes.

E talvez essa seja uma das mutações mais profundas – e menos percebidas – da guerra contemporânea.

Publicado no [La Prensa](#).

****Gabriel Camilli** é coronel mayor da reserva do Exército Argentino, formado Oficial de Infantaria pelo Colégio Militar de La Nación. Além de mestre em Assuntos Militares pela Universidade do Norte, possui licenciatura em Relações Públicas e Institucionais pela UADE. Fluente em inglês e italiano e com boa comunicação em alemão, possui ampla experiência, tendo participado ativamente em mediações e negociações no âmbito da ONU, além de atuar como representante da Argentina junto a missões diplomáticas e negociações entre empresas alemãs, suecas e austríacas. Atualmente é diretor do Instituto ELEVAN.*
